



Jornalista/educador/ecologista¹

Norma Maria Meireles Macêdo Mafaldo²

Resumo: Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica e documental que busca refletir acerca das interações entre a comunicação e a educação (mais especificamente a educação ambiental) e sobre os papéis sociais de jornalistas e professores que atuam na área de meio ambiente. Partimos da inserção do jornalismo ambiental no jornalismo científico para depois dialogarmos com diversos autores sobre o ativismo de jornalistas ambientais, professores e ecologistas; suas identidades e visões de mundo. É uma parte integrante da dissertação “Educação, cultura e jornalismo opinativo no suplemento *jb ecológico*” (CE-UFPB).

Palavras-chave: jornalismo ambiental, educação, educação ambiental, ecologismo, meio ambiente.

Jornalismo científico

De maneira geral, o *jornalismo ambiental* está inserido no científico, formando uma subárea. Dessa forma, antes de tratarmos da especialização na área de meio ambiente, especificamente, nos deteremos um pouco ao jornalismo científico, também denominado “de ciência” ou “sobre ciência”. A nomenclatura para esta especialização é um dos aspectos que nos chama atenção na bibliografia específica. Vários autores dizem preferir não utilizar o termo *jornalismo científico* para evitar possíveis erros de interpretação por parte do leitor. Paula Assis (2001, p.54), por exemplo, diz que a expressão “ ‘Jornalismo científico’ pode induzir a uma leitura como ‘modo científico (isto é, mais preciso) de fazer jornalismo’”. Por isso prefiro ‘jornalismo de ciência’.” E Vieira (2001) prefere utilizar “Jornalismo sobre ciência”. Já Oliveira (2002) opta por jornalismo científico para designar a especialização jornalística focada em ciência e tecnologia (C&T). Esse cuidado é baseado pelo fato de o jornalismo investigativo também ser chamado de “científico” ou de “precisão”. Aqui, a menção a jornalismo científico, refere-se ao conteúdo e não ao método, embora um não descarte o outro.

Se o jornalismo ambiental está contextualizado no jornalismo científico, este último insere-se, de forma mais abrangente, na comunicação científica, que, de acordo com Massarani e Moreira (2001, p.32), podem ser distinguidos em três linhas: “os

¹ Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação Científica, no XXXI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Natal/RN, 2008.

² Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba, mestre em Educação (CE-UFPB), especialista em Jornalismo Cultural pela FIP (Faculdades Integradas de Patos)-PB, pesquisadora do GRUPECJ e do GEDIC. norma.meireles@gmail.com



discursos científicos primários (escritos por pesquisadores para pesquisadores); os discursos didáticos (como os manuais científicos para ensino) e os de divulgação científica [...] Cada discurso serve a um propósito determinado e busca atingir um público específico”. Textos escritos de pesquisadores para pesquisadores são altamente especializados e considerados disseminação científica; a divulgação científica, por sua vez, utiliza-se de linguagem acessível. Referindo-se a revistas brasileiras, Gomes (2001, p.107) observa que “quando a *revista de divulgação científica* tem como alvo um público não especializado e publica textos produzidos exclusivamente por jornalistas é denominada *revista jornalística especializada em ciência*” (grifo da autora), citando as revistas *Superinteressante* e *Galileu* (antiga Globo Ciência) como exemplos.

Um dos pontos que determinam a importância da divulgação científica é o acesso à informação por parte de toda a sociedade, não apenas dos cientistas. O jornalismo científico contribui para uma cultura científica e para o exercício da cidadania, já que a ciência e a tecnologia fazem parte do cotidiano das pessoas. Porém, por falta de informação as pessoas não opinam sobre assuntos específicos, só uma pequena parte da sociedade está apta a emitir opinião. Nesse contexto, segundo Oliveira (2002, p.15), “o jornalismo científico pode entrar em cena como agente facilitador na construção da cidadania”. A autora (2002, p.14) também pontua que o “jornalismo científico de qualidade deve demonstrar que fazer C & T³ é, acima de tudo, atividade estreitamente humana, com implicações diretas nas atividades socioeconômicas e políticas de um país”.

Assim como na questão etimológica, também não há unanimidade quanto a uma linguagem específica e a formação especializada do jornalista que vai trabalhar na área de C & T. Alguns autores defendem os saberes jornalísticos de discernimento, apuração e narração com únicos pré-requisitos necessários que habilitam o profissional a atuar em qualquer área, inclusive na científica, é o caso de Assis (2001, p.23), que admite “que para uma pessoa sem formação em determinada área, é mais difícil conduzir uma entrevista. No entanto, a função de um repórter é perguntar e tirar dúvidas”. Um contraponto pode ser observado em John (2001, p.88), que se referindo a atuação na área de ecologia defende a “formação prévia e atualização constante do profissional”. No entanto, nenhum dos questionamentos acima nega a possível contribuição do jornalismo científico para o desenvolvimento socioeconômico, bem como para o

³ C & T – Ciência e Tecnologia



desenvolvimento humano, dada a importância da divulgação científica para o exercício da cidadania plena.

Avanços e desafios

Tendo como extremos da balança a inexistência ou a consolidação de algumas idéias, podemos dizer que, consoante com Bueno (2007b), o jornalismo científico está em ascensão em função do aumento do número de publicações especializadas bem como do interesse acadêmico por este campo em particular. Visto que “primeiro formam-se os profissionais, desperta-se para a temática e, depois, as pautas surgem na mídia naturalmente”. É o que se espera, mesmo com demora. Acrescentemos aos dois fatores já citados, a articulação dos profissionais via internet para “fortalecer a divulgação científica, com espaços novos e destinados a públicos distintos” e a publicação de revistas, a exemplo da ComCiencia (Labor – Laboratório de Jornalismo da Unicamp) e de outras publicações vinculadas a instituições de pesquisa nos âmbitos federal e estaduais.

Todavia, “o panorama continua pouco favorável ao jornalismo científico nos ‘jornalões’, no rádio e na televisão” (BUENO, 2007b). E o problema é duplo, quantitativo e qualitativo: no rádio, na TV e nos jornais, “O equívoco maior está na prática de um jornalismo científico que vive a reboque de fatos sensacionais, que não atende à sua função pedagógica e que não está comprometido com o processo de democratização do conhecimento”; na comunidade científica, a irrisória circulação de informações em ciência e tecnologia, segundo Bueno (2007b), dá-se exatamente porque cientistas e órgão de incentivo à pesquisa, como a Capes “conferem pouca importância à tarefa de se comunicar com a sociedade, preferindo privilegiar a comunicação interpares, como se, no Brasil, não fosse o imposto pago pelos cidadãos, todos nós, financiadores da pesquisa em ciência e tecnologia que se faz no país”.

A luta por mais espaço midiático para C & T é salutar se acompanhado por um salto qualitativo na produção das informações, como ressalta Bueno (2007b), “Não adianta lutarmos por mais tempo e espaço, se não soubermos ocupá-los adequadamente [...] É preciso enxergar além da notícia. É preciso perceber quais os verdadeiros interesses dos que alegam fazer ciência”.

O público também precisa avançar qualitativamente para que o entendimento na área de Ciência e Tecnologia, mais especificamente, em Meio Ambiente, melhore: “O público, por mais heterogêneo que seja, precisa também enxergar algumas relações para, então, exigir, cobrar e fazer que o nível do conteúdo dos jornais se eleve”.



(GERAQUE, 2004, p.80). Outra observação importante no debate acerca da construção e recepção das notícias é a de Belmonte (2004, p.28), ao discorrer sobre a inserção pessoal, sobre o papel e a responsabilidade individuais. Para o autor, o “desafio para os jornalistas a partir de agora é mostrar a responsabilidade de cada um, e não mais transferir o problema apenas para as ‘autoridades (in)competentes’”.

Certamente, há sempre novos avanços e novos desafios, na medida em que uns se resolvem outros aparecem. Que as competências individuais e coletivas trabalhem em comunhão e homeostaticamente para que C & T e Meio Ambiente percam o *status* de “assunto problema” e sejam facilmente compreendidos, tarefa que, indubitavelmente envolve a Educação.

Jornalismo ambiental

Hoje, a sociedade de consumo não espera por nada nem por ninguém; forçando, inclusive, a algumas mudanças de postura e de estratégia dos movimentos sociais, que antes se pautavam pelas grandes transformações sociais, universais, pela mudança do sistema. Contudo, o contexto atual, com suas crises de paradigmas, não exclui formas tradicionais de se fazer movimentos sociais, mas acolhe novos movimentos. De acordo com Brandão (2001, p.245-246) o que diferencia a maioria dos *neomovimentos* “é a consciência de que estamos todos ingressando em novos tempos de vida social. De vida pessoal e, no extremo oposto, mas convergente com ela, de uma vida cósmica, segundo o imaginário de alguns movimentos”. Esses entrelaçamentos do pessoal com o social, do particular com o todo, do específico com o geral, do local com o universal nos levam a uma multiplicidade de relações, de articulações, o que Castells muito bem define como “sociedade em rede”. Questionando-se sobre a difusão das idéias ecológicas contextualizadas na “insensatez do planeta”. Castells (1999, p.154) propõe “a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 70 em diante”. O autor observa ainda que “devemos analisar o recente desenvolvimento de tipos diferentes de influentes movimentos sociais que, em vez de reativos, podem ser classificados como pró-ativos: o ambientalismo e o feminismo” (CASTELLS, 1999, p.137).

Desta forma, o movimento ambientalista está inserido no contexto dos novos movimentos, que buscam alternativas por não poder esperar realizar primeiro as transformações estruturais. É “pró-ativo” e não “reativo” e “sem sombra de dúvidas [...] é um dos mais importantes movimentos sociais de nosso tempo” (CASTELLS, 1999,



p.165), tanto pelas estratégias de ação (inclusive midiáticas) quanto pela aproximação e identificação com vários outros movimentos sociais, devido à própria característica inter/multidisciplinar das questões ambientais. Apesar de cada movimento possuir identidades particulares, a diferença os articula e os une, como lembra Brandão (2001, p.246), “novos sujeitos sociais articulados em suas causas e lutas sociais justamente pela diferença de quem são e do que sonham realizar”. Transformações cotidianas, aqui e agora, lembrando do passado e rabiscando o futuro.

Logo, para tratarmos das questões ambientais temos que contextualizá-las nos âmbitos geográfico, social, econômico, político e cultural, considerando não só o presente, mas o passado e o futuro (o somatório do que fomos, somos e seremos), levando em conta que ações locais têm conseqüências globais, que “a carteira de identidade terrestre do novo cidadão do mundo comporta um agrupamento de identidades concêntricas, a partir da identidade familiar, local, regional, nacional” (MORIN; KERN, 1995, p.127).

A subjetividade no jornalismo está presente em todos os momentos da produção da notícia, da escolha da pauta à veiculação, e o jornalista deve estar mais que consciente do seu poder de *gatekeeper*, que seleciona notícias. De maneira geral, ainda não há uma “cultura ambiental” no jornalismo brasileiro. Ao pensarmos na ausência ou presença de tema ambientais no dia-a-dia das redações é inevitável citar a função de mediador desenvolvida na sociedade pelo jornalista, pautando-a e agendando-a cotidianamente em maior ou menor escala; o que é sustentado pela hipótese do agendamento, na qual se observa que “as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media*⁴ incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (SHAW apud WOLF, 1995, p.130).

John (2001, p.88) acredita que o jornalismo ambiental mantém-se à parte do jornalismo científico devido ao ativismo dos jornalistas ambientais, cuja tarefa é informar educando: “A tarefa – de informar educando – encontra algum paralelo no jornalismo científico, do qual o jornalismo ambiental faz parte, mas se mantém, de certa forma, à parte, devido à sua vertente ativista”.

Ao jornalismo, hoje, já não basta apenas informar, é preciso ir além do porque, como esboça Belmonte (2004, p.35), embora costume assustar a população “a imprensa cumpre sem problema seu papel de informar [...] Mas, diante da crise ecológica, a

⁴ Meios de Comunicação de Massa



imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar”, precisa “estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social” (BELMONTE, 2004, p.35). O comunicador, enquanto produtor de sentido, também está inserido numa cadeia de produção de notícias, sujeito às leis de mercado, globalizado, com “finalidades contraditórias”, como diria Morin e Kern (1995). O jornalismo ambiental torna-se, assim um desafio. Apesar disso, mesmo estando cerceado por regras editoriais e mercadológicas globalizadas, é possível cumprir funções sociais relevantes e desafiadoras:

O papel desempenhado pelos jornalistas ambientais ultrapassa os limites da notícia e penetra no campo incerto da educação. Incerto para jornalistas, que não tem, necessariamente, uma formação de educadores, mas acabam contribuindo para a formação de cidadãos ‘ambientalmente educados’ [...] ainda pretendem levar o leitor à ação (JOHN, 2001, p.88).

O posicionamento de John citado acima é compartilhado por Belmonte (2004, p. 29- 46), que acha que o jornalismo deve ir “além do alarme, ajudando a encontrar as saídas”, quando ele acredita que “dos repórteres, redatores e editores não se espera mais que apenas, mas também assumam um papel de educadores”.

O discurso do jornalismo ambiental envolve questões de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida; numa prática jornalística socialmente engajada. Panorama especial para a discussão sobre ética na profissão. Oliveira (2002, p.57) acredita que “O maior princípio ético a ser perseguido é o da universalidade de nosso trabalho.” Segundo ela, “ser universal é tratar o problema local com a consciência de que ele está vinculado a contextos sociais, econômicos e políticos que têm origens globais e conseqüências que a médio e longo prazos podem vir a ser globais.”. A autora considera as questões ambientais um dos temas principais do jornalismo científico na atualidade e defende a recuperação da função de agente transformador social e político do jornalismo em detrimento da prática mecanicista da atividade. Visão compartilhada por John (2001) que ressalta o papel educativo do jornalismo e enfatiza a pretensão dos jornalistas ambientais de levar o leitor a uma ação ambientalmente correta, com o objetivo de atenuar as agressões ao meio ambiente e melhorar a qualidade de vida.

Na discussão acadêmica sobre a formação do jornalista alguns defendem a especialização, outros, a formação generalista. Para os últimos, ao jornalista importa dominar os saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração da notícia. Já para os primeiros, um dos principais problemas para a contextualização e o

aprofundamento de uma informação é a falta de especialização dos profissionais da imprensa.

Se a falta de especialização é uma dificuldade, a visão bitolada, unidirecional e excludente também o é. A especialização cega é inútil. Privilegiar determinados aspectos em prejuízo das suas possíveis conexões e inter-relações é negar a diversidade de pensamento, sentimento e ações sociais.

Acrescentemos às discussões a questão da militância no jornalismo, defendida, por Bueno (2007a) como compromisso, como a defesa corajosa idéias e posições “ainda que elas possam nos criar embaraços junto a patrões ou colegas da redação”. Especificamente mencionando o jornalismo científico Bueno (2007a) enumera compromissos fundamentais: a) *assumir que a ciência e a tecnologia constituem-se em mercadorias valiosas* disputada pelos setores público e privado; b) lembrar que os veículos de comunicação também são empresas *e que os limites entre a informação e o marketing (no mau sentido) são cada vez mais frágeis*; c) *respeitar a diversidade de idéias e as minorias*; d) produzir matérias polifônicas; e) se interessar não apenas na grande descoberta, mas no impacto que ela possa acarretar para a sociedade; f) *resistir às investidas e à chantagem dos poderosos e denuncia o assédio dos grandes interesses*.

Para Bueno (2007a), “A imprensa brasileira precisa de mais militância, de menos oficialismo, de mais compromisso”. Ele compara o jornalista militante a um “outdoor velho, perdido na paisagem. Ninguém liga pra ele, embora ocupe espaço.” E adverte: “um dia, pela sua absoluta inutilidade, será descartado. Militantes não são fáceis de substituir, mas gente sem coragem e sem caráter se encontra em qualquer esquina.” Na opinião de Belmonte (2004, p.21), o preconceito resistente nas redações quanto às temáticas ambientais, para ele “muitos jornalistas, de norte a sul, são simpatizantes da luta ecológica, apesar de a maioria não admitir publicamente, talvez para não sofrer represálias ou virar motivo de chacota.” Esse tipo de atitude em ambiente profissional jornalístico ratifica a preocupação de Bueno (2007a) com a seriedade e o compromisso da categoria.

Trigueiro (2005, p. 89) frisa a importância da parcialidade, do “tomar partido” no cotidiano do jornalismo ambiental comparando a necessidade dos ambientalistas hoje com os abolicionistas no passado: “Quando os paradigmas mudarem todos estiverem alfabetizados ecologicamente talvez não se precise mais de ambientalistas [...] “Nesse dia, o jornalismo ambiental terá cumprido a sua missão”. Enquanto isso, aconselha Girardi (2007), “os jornalistas ambientais devem manter uma vigilância



permanente para não se deixar seduzirem por comportamentos mais fáceis”, orientando-se pela “ética do cuidado que nos ensina, conforme o teólogo Leonardo Boff, a ter um cuidado amoroso conosco e com os outros seres da natureza.”

Temos um cenário no qual nem “a imprensa brasileira nem mundial ainda não despertou para o jornalismo ambiental” (GERAQUE, 2004, p.93), pelo menos, não tanto quanto poderia. Nesse contexto, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU, 2007), Wilson Bueno⁵ faz um balanço do jornalismo ambiental no Brasil quanto aos seus âmbitos científico e teórico. Ele percebe transformações qualitativas graduais no que concerne à cobertura desta área específica da produção jornalística, entretanto sustenta que há ainda se faz necessário ultrapassar desafios enormes. Bueno (IHU, 2007) diagnostica: na falta de veículos impressos especializados, de abrangência nacional, o diálogo do jornalismo ambiental com a sociedade depende dos veículos regionais e locais; a falta profissionais capacitados na área leva à coberturas precárias; apesar das importantes mudanças na TV e no rádio, com a inclusão de programas específicos, o Meio Ambiente ainda “é visto como espetáculo”.

Para Bueno (IHU, 2007), o problema das mídias ambientais, preocupadas e comprometidas com a temática, é não conseguir ampliar sua abrangência para além do público já interessado nas questões ambientais: “mídias ambientais, pelo menos as legítimas, têm cumprido um papel importante, especialmente na *Web*, mas em geral têm atingido pessoas já despertas ou comprometidas com a temática”. Quanto às universidades, Bueno alerta: “ainda não acordaram para a formação na área e há poucos cursos (uns cinco no máximo) na graduação e raras linhas de pesquisa ou projetos na pós-graduação.” O estudioso acredita na possibilidade de reverter a situação em poucos anos “se nós fizermos o trabalho bem feito e não assumirmos o meio ambiente como mais uma pauta que dá audiência”.

Vale ressaltarmos que a mudança paradigmática precisa chegar aos empresários da comunicação, bem como os profissionais com cargos de chefia, a exemplo dos editores, que “controlam” os conteúdos nos impressos, no rádio, na TV, pois como analisa Trigueiro (2005, p.77), “meio ambiente ainda é uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo que extrapola a fauna e a flora”. De acordo com, Scharf (2004, p 51), “por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão

⁵ Wilson da Costa Bueno é bacharel, mestre e doutor em Comunicação e especialista em Comunicação Rural, é professor da Universidade Metodista de São Paulo e diretor executivo da Contexto Comunicação e Pesquisa.



ambiental como lago superficial, espetacular [...] e não pelo impacto concreto: político, econômico ou social. O valor da natureza é raramente estético, nada mais”. Mostradas apenas por este prisma, as informações sobre Meio Ambiente, que influenciam o imaginário social, apenas fortalecem noções reducionistas.

Acerca de modificações com vista à melhoria na produção jornalística ambiental Bueno (IHU, 2007) enfatiza o *ativismo* – “não se pode praticar o jornalismo ambiental sem compromisso, apostando numa pretensa neutralidade, objetividade etc”, a *mudança da visão fragmentada para a complexa* – “não pode focar-se apenas no aspecto técnico [...] o importante [...] é perceber as conexões entre o meio ambiente, a política, a economia, a cultura, a saúde e a sociedade”, e o *estar alerta* – “atentar para os grandes interesses que rondam essa área e ter em mente que existe na prática a chamada praga do marketing verde”. Esse *alerta* quanto à relação Meio Ambiente/produção de notícias é um ponto comentado por vários autores, entre eles Trigueiro (2005) e Scharf (2004, p.61), que adverte que “o meio ambiente em si é um belo nicho de negócios”.

O jornalista ambiental e o educador

Se educar é emprenhar de prazer a nossa vida, o educador é quem?...É o profissional do sentido [...] que orienta, que ajuda [...] um profissional do sentido, que dá sentido, que constrói sentido.

Moacir Gadotti⁶

Ao falar sobre “educação como prática de liberdade”, Ângela Antunes⁷ chama a atenção para o ponto inicial do diálogo, ainda na ausência dos interlocutores, no plano intencional: “o diálogo começa quando o educador se pergunta, se questiona, sobre o que vai dialogar em sala de aula, ou seja, o diálogo começa quando o educador pensa no conteúdo programático”. Declaração oportuna para relacionarmos o professor/educador ao jornalista, já que a determinação de conteúdos faz parte do cotidiano da produção das informações, da escolha do que vai ao ar no rádio ou na TV, do que é impresso em jornais e revistas. É a função de *gatekeeper*, de porteiro; aquele que seleciona as notícias no caso do jornalista e os conteúdos programáticos no caso do educador. Poder seletivo que une objetividade e subjetividade. Tanto o professor quanto o jornalista estão presos a regras, curriculares e editoriais, respectivamente; porém, as escolhas individuais de

⁶ Gadotti esclarece que considerar o professor um produtor de sentidos é uma consequência, uma continuidade, das idéias de Paulo Freire. Declarações retiradas do documentário *Paulo Freire*. (INSTITUTO...).

⁷ Diretora pedagógica do Instituto Paulo Freire em declaração retirada do documentário *Paulo Freire* (INSTITUTO...).



cada profissional estão emprenhadas de subjetividade, são espaços de liberdade, de criatividade, por menores que sejam. Momentos de decisão individual, pensados na e para a coletividade; trespassados pelos processos de mediações sociais.

Voltando à declaração de Ângela Antunes, a determinação dos conteúdos é apenas o início de diálogo entre professores e alunos, entre jornalistas e sociedade. Pensando bem, é somente um retorno a um ponto temporariamente aquietado dentro do processo de produção do saber humano, com suas idas e vindas, nos seus “círculos fecundos” ou mesmo desenhado espirais no tempo e no espaço. Jornalistas e professores, intelectuais, sujeitos sociais que constroem sentido e provocam o diálogo. Tarefa, muitas vezes, árdua, mas jamais impossível, que pressupõe o estar aberto ao aprendizado a cada momento. Afinal, como enfatiza Dines (1986, p. 55), ao pensar a relação dialógica entre jornal e sociedade, “o leitor não é fato isolado e singular, é fração de universo”, e acrescenta “o leitor padrão somos todos nós. Cada um de nós é a reprodução de partes idênticas de outros seres humanos, não somos fatos isolados e excepcionais” (DINES, 1986, p. 58).

Se para Soares (2007) a educomunicação funciona com a lógica ecossistêmica, Dines (1986, p.58), mesmo implicitamente, observa o jornal sob um ângulo semelhante; ele entende que “jornal bem-sucedido é trabalho de orquestra de personalidades e idéias diferentes ou mesmo antagônicas, porém complementares, harmônicas e equilibradas por normas ou metas comuns”. Desta forma, entende-se que o ponto nevrálgico para as inter-relações entre educador e jornalista, educador e educando, ecologistas e empresários, assim como em qualquer outra possibilidade interativa, é uma certa delicadeza mútua em busca de sintonia dinâmica.

Identidades e visões de mundo

Será que de alguma forma jornalista, professor e ecologista vêem o mundo de maneira diferente das demais pessoas? A pergunta nos induz ao questionamento das identidades de cada um, com se formam e se mantêm cotidianamente inseridas no contexto sócio-histórico-ambiental.

Uma identidade formada por um *fazer* e por um *ser* intimamente ligados a ponto de se confundirem, especialmente quando o trabalho consome a maior parte do tempo, e consequentemente da vida de uma pessoa. Assim, antes de outro pensamento, o mais provável é que a profissão seja a resposta para a seguinte pergunta: *O que você é?* Desta maneira, outras possibilidades de *ser* são aniquiladas, de maneira consciente ou não.



Entretanto, a suposta identidade de alguém, além da dinâmica interna entre o *fazer/ser* na cotidianidade (MAFALDO, 2004), insere-se contexto mais amplo que envolve seres semelhantes, bem como a toda a cultura da qual são produto e produtores. Assim, a identidade, ou, parafraseando Foucault, uma *vontade de identidade* articula-se em duas esferas, uma pessoal e uma social. A pessoal dentro da social, embora e primeira tenha potencial para influenciar a segunda, o que vai depender a correlação de forças interativas e do espaço interativo, local, regional, nacional, global.

Como afirma Bauman (2005), “a identidade é algo a ser inventado e não descoberto. Ela é um esforço, um objetivo”, que vai sendo moldada permanentemente por processos de subjetividade, objetividade e discursividade (ARAÚJO, 2000). Nesse jogo ininterrupto interno, externo e relacional da identidade, jornalista, professor, ambos inserem-se em estruturas e ambientes profissionais controlados por regras, a exemplo das editoriais, no caso do primeiro, e curricular-metodológicas, no segundo. Além do mais, exercem sobre si mesmos um autocontrole, uma autocensura visando um “enquadramento”, seja ele institucional ou entre pares.

Para o jornalista, o contato com a diversidade de fatos e das fontes e a troca de experiência na comunidade jornalística, proporcionam ao profissional uma visão de mundo ampliada, diferenciada e de certa forma “privilegiada”. Essa ampliação da visão de mundo desemboca num senso de responsabilidade para com o público, numa busca constante pela verdade (entendida aqui como “imparcialidade”) e sua conseqüente divulgação. Some-se aqui à autocrítica, a crítica do mundo jornalístico e sua produção. Consciente da autocensura, da censura feita através das políticas editoriais e da acomodação a essa política para manutenção do emprego, os jornalistas admitem a possibilidade de manobras do repórter, do redator, para publicarem o que consideram noticiável, importante socialmente (MAFALDO, 2004).

Se a relação com público, mesmo que indireta, exerce influência na definição da identidade profissional do jornalista, o mesmo tem acontecido ao longo dos anos, na relação professor/aluno, educador/educando, dado o estabelecimento de papéis para cada um, das escolas não críticas (*tradicional, pedagogia nova e tecnicista*) às críticas.

Quando o professor era *o detentor do saber* institucionalizado, o aluno era o receptor e o marginalizado era débil, ignorante; neste modelo de educação prioriza-se a dimensão do *saber*. Depois, no escolanovismo, o professor continua no patamar de cima, porém dá espaço ao aluno para que ele seja o centro das atenções, para que ele participe do grupo e se integre socialmente; o marginalizado é o “coitadinho”; aqui,



destaca-se a dimensão do *saber ser*. No tecnicismo, professor e aluno são periféricos e a técnica torna-se o centro, aquele que não a domina, o marginalizado, é improdutivo, incompetente; focaliza-se a dimensão do *saber fazer*. As teorias crítico-reprodutivas, desde o final da década de 1970, reconhecem os erros pedagógicos das escolas anteriores, é uma fase de “ruminação” para os pedagogos que se põem a pensar em situação de crise e sobre ela. E só a partir da década de 1980, com a teoria crítica, que há mudança no cenário, passando-se a considerar a escola como um espaço aberto e o professor, assim como o aluno, são tidos como integrantes do processo educativo, buscando a interação entre o *saber*, *saber ser* e *saber fazer* (DONATO, 2008).

A ‘identidade’ social do professor perdeu o estatuto de autoridade máxima e inquestionável e hoje assume, entre outras, as posturas do incentivador, mediador, provocador, orientador, impulsionador estando aberto reciprocamente, pelo menos em tese. Mas esta é apenas uma das facetas identitárias, porque esta esfera se inter-conecta à outras variáveis, entre elas vale ressaltar o história de vida do indivíduo, que por si só encerra um multiplicidade de valores, às vezes tão cristalizados que dificultam o estar aberto para aprender com seu educandos.

Outra questão importante é o ritmo acelerado da sociedade, na qual tudo muda muito rápido. Nela, o professor, enquanto aquele que cuida para que o aluno aprenda (DEMO, 2006), precisa mais do que nunca estudar o tempo todo, permanentemente, para acompanhar as modificações e tendências sociais, históricas e ambientais nas quais seus educandos/educadores estão inseridos. Isso não apenas por benevolência, mas por questões mercadológicas também; porque professor “desatualizado” é ou pode vir a ser “carta fora do baralho”.

No paralelo com o jornalista, o professor também se sujeita às regras do tempo, das horas-aula, dos bimestres (ou trimestres), semestres, anos letivos, ciclos etc., tencionados pelos conteúdos das disciplinares bem como pelos diferentes ritmos dos educandos de um mesmo grupo.

Outra semelhança é a precarização do trabalho. Não é de hoje que baixos salários, insegurança das escolas, assédio moral e a sobrecarga de trabalho aparecem como retratos da educação brasileira, ao lado do desinteresse por cursos superiores de licenciatura. Quanto ao jornalista, embora tenha uma carga horária de cinco horas diárias, os salários diminutos obrigam o profissional a ter mais de um ou dois empregos, o que é meio caminho andado para o desgaste físico e emocional cuja recompensa é o estresse e a queda de rendimento, como confirma o jornalista A, em depoimento a



Mafaldo (2004, p.121): *você começa a não raciocinar bem, começa a esquecer uma coisa ou outra, ter lapsos de memória.*

Entretanto, é bom lembrarmos, que jornalistas e professores, antes de tudo são apaixonados pelo que fazem e, apesar dos pesares, se sentem gratificados em muitos momentos, encontram prazer no seu *fazer* diário e não se imaginam sendo/fazendo outra coisa, com, mais uma vez, podemos perceber através da declaração do “jornalista A” à Mafaldo (2004, p. 131): – *Eu já parei pra pensar o que eu seria se não fosse jornalista. Meu deus do céu! Não sei!* Esse profissional que teve a “identidade” preservada é casado com uma jornalista e irmão de outra. Quanto aos amigos, maioria é jornalista.

Personagem de destaque na Educação Ambiental brasileira, Michèlle Sato, professora de pedagogia da UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso, declarou em uma entrevista publicada na internet, que o interesse dela, focado hoje na EA, surgiu em casa, na família: “acredito ter tido forte influência de meu pai, um zen budista cuidadoso com a natureza, seja nas pequeninas vidas, bem como nos sistemas cósmicos que regem o mundo. [...] O respeito e o gosto pela natureza me conduziram a escolha pela Biologia ” (SATO, 2008). A trajetória pessoal de Sato a levou à pós-graduação em oceanografia (mestrado - projeto na Antártida), à docência (na periferia de São Paulo – onde afirma ter se apaixonado pela educação e pela inclusão social), à filosofia (mestrado na Inglaterra) e à ecologia (doutorado no Brasil). Ela se define como uma “metamorfose ambulante sem definição. Ora filósofa, ora poeta, ora educadora, ora ecologista, ora tudo isso misturado. E gosto destas múltiplas personalidades, e não abriria mão de nenhuma delas” (SATO, 2008).

Ao finalizar a entrevista, Sato (2008), se redefine ao identificar sua vida com a Educação ambiental: “a EA que compreendo é a forma da minha própria existência, de respirar pela manhã e contar estrelas pela noite. É meu jeito de viver, querendo escutar o riso da vida” e acrescenta, “é delicioso saber que atitudes triviais e singulares do meu cotidiano possa ser compartilhados com esta linda comunidade de aprendizagem”.

Respondendo à pergunta inicial do tópico, obviamente jornalistas e professores têm visões de mundo diferenciadas das de outras pessoas, devido às suas funções sociais (adicionemos sempre os contextos histórico e ambiental). Mas isso não os torna melhores nem piores do que o resto dos mortais, até mesmo porque há diversas outras leituras de mundo; o cerne da questão é *o que se faz com o que se percebe* através dessa diferenciação! E é aí onde entra essa paixão, ou uma *vontade de verdade*, como diria Foucault (1970/2008), que contextualizada no ambientalismo, vem (re)alimentando suas



energias há décadas. Mesmo porque, consoante com Castells (1999, p.144), “há um discurso ecológico implícito e coerente que perpassa uma série de orientações políticas e origens sociais”. Não é em si uma “novidade”, é um retorno que ganha o estatuto de “novo” em um determinado contexto “momentâneo” já que as disputas pelas apropriações - seja do poder, a ciência, ou do tempo e do espaço - são incessantes.

Castells (1999, p.158-159) observa que a trajetória dos ecologistas (onde podemos incluir jornalistas e professores), perpassada por diversas lutas, inspira “a criação de uma nova identidade, uma identidade biológica, uma cultura da espécie humana como componente da natureza. Essa identidade sociobiológica não implica a negação das culturas históricas.” Para o autor, os ecologistas são localistas, pela defesa do espaço, e globalistas, pela maneira de tratar o espaço. E enfatiza a necessidade de mudança de entendimentos de tempo e espaço:

Para nos integrarmos ao nosso eu cosmológico precisamos primeiramente transformar nossa própria noção de tempo, sentir o ‘tempo glacial’ passando por nossas vidas, a energia das estrelas fluindo em nossas veias, perceber os rios de nossos pensamentos desembocando em um fluxo contínuo nos oceanos ilimitados da matéria viva multiforme. Em termos objetivos e pessoais, viver no tempo glacial significa estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos e dos filhos dos nossos filhos [...] não é o culto à Nova Era, mas sim uma velha e conhecida forma de cuidar de nossos descendentes. (CASTELLS, 1999, p. 158).

Assim, cada um, professor ou jornalista, à sua maneira pode contribuir com as evoluções espaços-temporais, socioambientais, individuais e coletivas, a partir do seu espaço de identidade, mesmo com todas as incertezas, com toda a instabilidade e fluidez do mundo no qual se inserem.

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, I. L. Foucault e a constituição do sujeito In: **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2000.

ASSIS, Jesus de Paula. Crítica de ciência. **Ciência & ambiente**. Santa Maria:UFSM, v.23, p.49-60, jul./dez. 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas (org.). **Formação & informação ambiental**. Jornalismo para iniciantes e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p. 15-48

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Um “eu” chamado “nós”: movimentos sociais, movimentos populares e educação popular. In: _____. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.230-279.

BUENO, Wilson da Costa. **O que é militância em jornalismo científico?** Disponível em: <<http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/newsletter/noticia5.htm>>. Acesso em: 04 set. 2007a.



_____. *O que está faltando ao Jornalismo Científico Brasileiro. Revista temática.* Disponível em: <[http://www.insite.pro.br/Artigo%20Bueno%20 Científico.htm](http://www.insite.pro.br/Artigo%20Bueno%20Cientifico.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2007b.

CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: _____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEMO, Pedro. **Formação permanente e tecnologias educacionais.** Petrópolis: vozes, 2006.

DINES, Alberto. **O papel do jornal.** Uma releitura. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DONATO, Ausônia. **Em torno de algumas questões educacionais.** Disponível em: <http://www.obore.com/acontece/textos_especiais_em_torno_de_algunas.asp>. Acesso em: 03 mai. 2008.

FOULCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, 2 de dezembro 1970. Disponível em: < <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

GERAQUE, Eduardo. Perceber a biodiversidade. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas (org.). **Formação & informação ambiental.** Jornalismo para iniciantes e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p.79-110.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Jornalismo ambiental, ética e cidadania.** Disponível em: http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_ambiental/artigo3.php>. Acesso em: 04 set. 2007.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Revistas de divulgação científica: um panorama brasileiro. **Ciência & ambiente**, Santa Maria: UFSM, v.23, p. 95-107, jul./dez. 2001.

JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. **Ciência & ambiente**, Santa Maria:UFSM, v.23, p.87-94, jul./dez. 2001

MAFALDO, Norma M. M. M. Um Ser/fazer cotidiano? In: PERREIRA, Wellington. **O trabalho de Sísifo** (jornalismo e vida cotidiana). João Pessoa: Manufatura, 2004.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A retórica e a ciência. Dos artigos originais à divulgação científica. **Ciência & ambiente**. Santa Maria: UFSM, v.23, p.31-47, jul./dez. 2001.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra pátria.** Porto Alegre: Sulinas, 1995.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo científico.** São Paulo: contexto, 2002.

SATO, Michele. Entrevist@ com Michele Sato sobre educação ambiental. In: **Educação ambiental em ação** (revista eletrônica). 2005, n.14. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=339&class=08>>. Acesso em: 02 mai. de 2008.

SCHARF, Regina. Verde como dinheiro. Economia sustentável ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas (org.). **Formação & informação ambiental.** Jornalismo para iniciantes e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p.49-77.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Ecossistemas comunicativos.** São Paulo: USP / Núcleo de Comunicação e Educação. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce /wcp/arq/ textos/28.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2007

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (coord.). **Meio ambiente no século 21.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p.75-89.

VIEIRA, Cássio Leite. Jornalismo sobre ciência: a linguagem, a formação e o erro. **Ciência & Ambiente.** Santa Maria: UFSM, v.23, p.61-70, jul./dez. 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.